

## CURRÍCULO E DIVERSIDADE EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS DE GUANAMBI- BA: INDAGAÇÕES ACERCA DAS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS E QUILOMBOLAS

Lizeni Pereira Alves<sup>1</sup>  
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Dinalva de Jesus Santana Macêdo<sup>2</sup>  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

**Resumo:** Este ensaio é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que tem como objetivo analisar como a história e cultura afro-brasileira, indígena e as questões quilombolas são tratadas nos currículos e nas práticas educativas de duas Escolas Municipais localizadas no Distrito de Mutãs em Guanambi/Ba, objetivando compreender os fatores que influenciam nesse processo. As duas instituições escolares atendem alunos da Comunidade Quilombola de Queimadas. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, tendo como campo investigativo uma escola de Ensino Fundamental que atende do 2º ao 5º ano do ensino Fundamental e uma Escola de Educação Infantil que oferece da Pré-escola ao 2º ano. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com onze colaboradores, sendo quatro professoras da escola de Educação Infantil, quatro professores da Escola de Ensino Fundamental e três gestoras das duas instituições escolares. Para a análise e interpretação dos dados recorreremos à técnica de análise de conteúdo na modalidade temática. Os resultados evidenciam que as escolas pouco trabalham com as questões étnico-raciais, desenvolvendo um trabalho específico voltado para essas questões apenas em datas comemorativas, como no dia do Índio e na Semana da Consciência Negra. Os principais fatores que certamente interferem nesse processo são: a falta de formação de professores e a concepção tradicional de educação. Diante disso, reconhecemos a necessidade de formação específica para os professores, tendo em vista o trato com as questões étnico-raciais e quilombolas.

**Palavras-chave:** Currículo. Diversidade. Escola. Questões étnico-raciais. Quilombo.

### Introdução:

Com a aprovação da Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003, o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira tornou-se obrigatório em todo Brasil. Mais tarde, o ensino da história e cultura indígena, passou a ser também uma obrigação das escolas públicas e privadas no ensino fundamental e médio, a partir da Lei 11.645/08. Nessa perspectiva, Comar e Ruaro (2010, p.3) afirmam que o objetivo dessas Leis é o de “orientar os sistemas de ensino

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia. E-mail: lizeni\_gbi@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Educação e Contemporaneidade. Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia, Campus XII de Guanambi. Professora do Mestrado em Educação da UESB Campus - Vitória da Conquista. Vinculada ao Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Paulo Freire (NEPE). Linha de pesquisa: Currículo, Diversidade e Formação Docente. E-mail: dinalvamacedo@hotmail.com

e as instituições dedicadas à educação para que atribuam especial atenção à incorporação das diversidades étnico-raciais da sociedade brasileira, nas práticas pedagógicas escolares”.

O objetivo deste estudo é analisar como a história e cultura afro-brasileira, indígena e as questões quilombolas são tratadas nos currículos e nas práticas educativas das duas escolas pesquisadas, objetivando compreender os fatores que influenciam nesse processo. Para tanto, elencamos os seguintes objetivos específicos: Analisar as práticas educativas das escolas em relação às questões étnico-raciais, com destaque para os conteúdos curriculares e as metodologias de ensino; analisar se o Projeto Político Pedagógico da escola e os livros didáticos contemplam as questões étnico-raciais e identificar qual é a relação das escolas com a Comunidade Quilombola de Queimadas.

Nesse sentido, buscamos conhecer o trato pedagógico das escolas com a história e cultura afro-brasileira, indígena e quilombola. Devido a amplitude dos dados coletados, nesta produção, as discussões tomaram por base as entrevistas com as professoras, as diretoras e as observações realizadas nas escolas localizadas.

Vale destacar que essas instituições escolares atendem alunos da Comunidade Quilombola de Queimadas, a qual foi certificada como remanescentes de quilombo pela Fundação Cultural Palmares (FCP) em 09 de junho de 2015.

### **Metodologia:**

O campo empírico deste estudo trata-se de duas escolas Municipais localizadas no Distrito de Mutãs em Guanambi-Ba. Uma escola oferta o Ensino Fundamental do 2º ao 5º ano, e a outra instituição atende os alunos da Educação Infantil e do 1º ano do Ensino Fundamental. Para a coleta de dados foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com 8 professores (as), sendo quatro de cada escola e três gestoras das duas instituições de ensino. Além das entrevistas, analisamos os projetos políticos pedagógicos das escolas e os materiais didáticos utilizados pelas escolas. Ademais fizemos o uso do diário de campo a fim de registrar as impressões e percepções obtidas no decorrer da pesquisa.

É válido destacar que as narrativas dos colaboradores da pesquisa foram transcritas na íntegra, isso porque entendemos que as falas dos sujeitos nos revelam suas realidades subjetivas, desse modo não podem sofrer nenhuma alteração. Apesar desta técnica, Franco (2018) aponta que é um desafio e exige esforço por parte do pesquisador para a criação das categorias, tendo em vista a análise e interpretação dos dados. Desse modo, procuramos investigar de que maneira o currículo escolar, o planejamento de ensino e os materiais

didáticos abordam as questões étnico-raciais e indígenas além da relação da escola com a comunidade e os conhecimentos que os professores (as) e diretores (as) têm de África e de Quilombos.

### Referencial Teórico:

A Lei e Diretrizes de Base da Educação Nacional 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional considera a diversidade étnico-racial em seu Inc. 4º apontando que o ensino da História do Brasil deverá considerar as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente as do povo indígena e africano (BRASIL, 1996).

Todavia, a inserção do ensino da História e Cultura africana e afro-brasileira só passou a ser obrigatório no Brasil no ano de 2003 com a aprovação da Lei 10.639. Assim como o ensino da história e cultura indígena passou a ser também uma obrigação de todas as escolas brasileiras nas esferas públicas e privadas do ensino fundamental e médio, a partir da Lei 11.645/08. Isso para que as instituições de ensino garantam esses estudos nos currículos e nas práticas pedagógicas.

Já as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola só foram aprovadas no dia 05 de junho de 2012 pelo Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica: Parecer CNE/CEB, 16.12 homologadas através da Resolução nº 8 de Novembro do mesmo ano, como uma modalidade específica da educação básica brasileira.

Nessa perspectiva, Urquiza e Calderone (2017) apontam para a necessidade de uma educação Intercultural que pode fornecer elementos e ferramentas pedagógicos que faça a ponte entre os saberes disciplinares e os saberes dos quilombolas e indígenas. Ou seja, uma pedagogia intercultural crítica possibilitará uma efetiva valorização da diversidade nos diferentes espaços escolares, bem como em todos os componentes curriculares.

Portanto, reconhecemos a necessidade de uma educação para as relações étnico-raciais, no intuito de avançar na efetivação de direitos sociais e educacionais, fortalecendo a luta pela superação de discursos e práticas racistas dentro e fora das escolas (GOMES e JESUS, 2013).

### O trato pedagógico com as questões étnico-raciais nas escolas

Analisamos as práticas educativas das duas instituições escolares relacionadas às questões étnico-raciais, quilombolas e indígenas. As análises serão feitas tomando por base as narrativas dos (das) professores (as) entrevistados (as) e os registros do diário de campo.

Os dados sinalizam que a Escola da Educação infantil não desenvolve nenhum estudo e/ou projeto acerca das questões étnico-raciais. É possível notar isso nas falas das professoras entrevistadas, quando indagadas sobre como são trabalhadas as questões étnico-raciais na escola.

Olha, a gente não pega muito assim sabe? A gente fala mais por alto, justamente para as crianças não ficarem achando que a gente tá discriminando elas. É aquele trabalho bem de leve né? [...] Então a gente trabalha de uma forma bem branda. Mas a gente faz de tudo pra não estar entrando nessas questões aí. Muito pouco o que a gente trabalha assim sobre etnia na sala (PROFESSORA FLOR - Escola de Educação Infantil).

Nas narrativas desta e das demais professoras, é nítido o fato de que trabalham pouco com as questões étnico-raciais na escola, e quando desenvolvem este trabalho é de forma superficial e esporádica. As educadoras demonstraram receio ao tratar do assunto com as crianças. Segundo elas, para que não ocorram situações de preconceito evitam abordar o conteúdo. Essas falas denotam despreparo para lidar com atitudes discriminatórias na escola. Cabe ressaltar que a escassez do diálogo não é garantia de que os alunos não sofrem racismo dentro da instituição escolar.

No âmbito da Escola do Ensino Fundamental, são trabalhadas as questões étnico-raciais. Todavia, esse trabalho é feito quando surge alguma situação de preconceito entre os alunos e o professor é obrigado a intervir ou em datas comemorativas, mas também de forma superficial e esporádica, como no dia do Índio e na Semana da Consciência Negra. Isso pode ser confirmado nas falas das professoras Rosa e Girassol:

Trabalhamos durante o mês de novembro, como tem a Consciência Negra, essa data pra (sic) ser comemorada, a gente realiza os projetos e foca o mês inteiro com atividades né? Voltadas pra cultura étnico-racial (PROFESSORA ROSA - Escola do Ensino Fundamental).

A questão étnica não aparece nas narrativas como um trabalho contínuo, realizado durante todo o ano letivo. As professoras afirmam trabalhar esses assuntos de maneira específica na escola no mês de novembro em função da Consciência Negra. É preciso que as questões raciais sejam trabalhadas de forma crítica, reflexiva e contextualizada no cotidiano educacional em todos seus níveis e modalidades de ensino. Nessa perspectiva, Macêdo (2015, p.144) afirma que: “[...] as culturas afro-brasileira e africana são trabalhadas nas escolas de maneira pontual, mecânica, no componente curricular de história e em datas comemorativas, com metodologias não atraentes e sem problematização”.

Com exceção das aulas de história, não foram discutidas as questões étnico-raciais nos demais componentes curriculares. (Diário de Campo, 16/07/2018). Dessa maneira, os dados sinalizam que o trato pedagógico sobre essas temáticas se restringe às aulas de história,

## IV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E III SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA

### EDUCAÇÃO E MULTICULTURALIDADE: SABERES E SENTIDOS



quando se trata do conteúdo proposto para aquela unidade no livro didático. Ademais essas discussões são retomadas no mês de novembro na Semana da Consciência Negra. Para Ferreira e Castilho (2014, p.22) “A escola está muito aquém das necessidades das comunidades quilombolas em suas especificidades”. Pois não trabalham com as questões atinentes à população negra, indígena e quilombola. E quando o fazem é de maneira esporádica e superficial.

Os dados apontam que a Escola de Ensino Fundamental desenvolve um Projeto interessante no mês da Consciência Negra, com atividades culturais e apresentações em sua culminância. Entretanto, há que se considerar que as discussões em torno da temática em questão não podem ser resumidas apenas em um mês do ano letivo ou numa semana. Nesse sentido, Macêdo (2016, p.244) sinaliza que: “as atividades realizadas, com as temáticas em foco de maneira esporádica, pouco contribuem para que os/as alunos/as conheçam a realidade histórica e cultural de suas comunidades e afirmem as suas identidades quilombolas”.

Diante disso, as escolas são desafiadas a trabalharem com as questões étnico-raciais no sentido de trabalhar com a realidade sociocultural e histórica dos alunos, para que possam cumprir as Leis e Diretrizes que garantem esse ensino no sentido de melhor contribuir no desenvolvimento desses sujeitos, valorizando suas singularidades, com vistas a promover uma educação que evidencie a diversidade em todos os seus aspectos, colaborando para uma sociedade mais justa e plural.

#### **Considerações finais:**

As narrativas dos professores revelam que a história e cultura afro-brasileira, indígena e as questões quilombolas são trabalhadas nas escolas de maneira pontual quando acontecem situações de discriminação racial, ou nas aulas de História, em que o conteúdo do livro didático trata dessas questões, ou em datas comemorativas como no dia do Índio ou na Semana da Consciência Negra. As práticas pedagógicas ainda são pautadas em concepções tradicionais de educação, utilizando como principal instrumento de ensino e aprendizagem o livro didático, sem evidenciação e valorização da diversidade sociocultural dos alunos.

Dentre os principais fatores que podem influenciar para que as escolas não tratem das questões étnico-raciais, destacamos dois. O primeiro fator é a concepção tradicional de educação presente na escola. Nesse sentido enfatizamos que é urgente a descolonização dos currículos. As práticas educativas fundamentadas em conceitos eurocêntricos e monoculturais desconsideram a diversidade étnica e cultural dos alunos. O outro fator é a falta de formação docente específica para o trabalho com a diversidade étnico-racial e cultural. Os dados





## IV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E III SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA EDUCAÇÃO E MULTICULTURALIDADE: SABERES E SENTIDOS



apontam que os professores não participam ou não participaram de cursos de capacitação específicos que lhes deem subsídios para o trato com as questões étnico-raciais. Urge a necessidade de uma Educação que contemple as especificidades étnicas e culturais dos alunos. Compreendemos que as práticas educativas devem ser pensadas à luz da realidade dos alunos, sobretudo os advindos da Comunidade Quilombola de Queimadas numa perspectiva intercultural crítica.

### Referências

BRASIL, **Lei e Diretrizes e Bases 9.394/96**. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>

COMAR, Sueli Ribeiro; RUARO, Juliana Cristina. **As Leis N° 10.639/03 e N° 11.645/08: os limites e as perspectivas de uma legislação**. Rev: Infância, sociedade e educação: Cascavel, 2010.

FERREIRA, Augusta Eulália. CASTILHO, Suely Dulce de. Reflexões sobre a educação escolar quilombola. **Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, Edição n°3. Mato Grosso, 2014.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 5 ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2018.

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson de. **As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003**: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. Educar em Revista. Curitiba: Editora UFPR, n. 47, p. 19-33, jan./mar. 2013.

MACÊDO. Dinalva de Jesus Santana. **Educação em comunidades quilombolas do Território de Identidade do Velho Chico/Ba**: indagações acerca do diálogo entre as escolas e as comunidades locais. 216 f. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Bahia, 2015.

MACÊDO. Dinalva de Jesus Santana. Educação escolar quilombola: uma modalidade específica da educação básica brasileira. In: SANTANA, Napolitana Pereira (org) **Diversidade étnico-racial, educação e quilombo no Território Velho Chico** – Goiânia: Kelps, 2016.

URQUIZA, Antônio Hilário Aguilera. CALDERONE, Valéria Aparecida Mendonça de Oliveira. **A interculturalidade como ferramenta para (Des) colonizar**. Prima – Facie. João Pessoa: PPGCJ, v.16, n.33, 2017.